

BATIZADO DE BONECAS E AS RELAÇÕES DE COMPADRIO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

1 – Introdução: Breve história das comunidades quilombolas da região dos lagos fluminense

Por Iara Melo Freitas¹

No início da década de 80, chegando-se à região dos lagos, no Estado do Rio de Janeiro, era possível perceber que existiam muitas comunidades rurais com predominância de pessoas negras, que muitas vezes apresentavam feições semelhantes entre si, a ponto de ser possível identificar a comunidade de origem de algumas pessoas pelo semblante.

Nessa época, a história do Brasil ensinada nas escolas tratava a escravidão como algo de um passado distante, sem entrar no mérito da exploração da mão de obra e nem do sofrimento físico e mental a que os escravos eram submetidos, muito menos falavam como os ex-escravos eram tratados, logo após a abolição da escravidão, para terem acesso à moradia e à alimentação.

Havia o predomínio do universo rural na região, com grandes fazendas ocupadas pela criação extensiva de gado de corte, uma citricultura de médio porte desenvolvida por famílias de portugueses que migraram em busca de melhores condições de vida e o cultivo de subsistência de mandioca, muito comum entre agricultores familiares que cultivavam o aipim ou a mandioca, para consumo in natura ou para fazer farinha, respectivamente. Havia dezenas de casas de farinha, rústicas e artesanais, distribuídas pela zona rural, pertencentes a agricultores familiares que cultivavam a mandioca e que também eram utilizadas por outros agricultores familiares, da vizinhança, que beneficiavam sua mandioca, pagando com sacos de farinha pelo uso da unidade de beneficiamento. Entremeadas às explorações agropecuárias existiam muitas áreas de mata Atlântica preservadas.

Entre as grandes fazendas, destacava-se a Fazenda Campos Novos, pelas suas dimensões, pela presença de construções antigas e características do período colonial, pela exploração da mão de obra dos escravos desde a época dos jesuítas, e também por ter sido um importante polo de comércio de escravos (LUZ, 2007). Segundo consta do Relatório de Identificação de Delimitação dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos de Maria Joaquina (INCRA, 2018, p. 6): *Após a abolição, os ex-escravos permaneceram nas fazendas como sitiantes, formando núcleos de unidades familiares, garantindo a posse da terra em troca de dias de trabalho dedicados às culturas dos fazendeiros.*

¹ Extensionista Rural.

Bem próximas à sede da Fazenda Campos Novos, situam-se duas comunidades rurais que apresentam grande concentração de famílias de negros, localizadas na divisa dos municípios de São Pedro da Aldeia e de Cabo Frio: Caveiras e Botafogo, respectivamente. Um exemplo, era a família de Dona Rosa Geralda da Conceição, importante liderança comunitária e produtora de farinha de mandioca, esposa de seu Joaquim da Silveira, que conhecia truques para plantar em chão seco, com características semiáridas e obter sucesso.

Dona Rosa falava que todos por ali eram descendentes de escravos e que os “donos” das terras, os fazendeiros, após a alforria dos negros escravizados, costumavam “dar” aos ex-escravos o pedaço de terra que já exploravam antes da abolição, para sustento da família. Em troca, os ex-escravos trabalhavam alguns dias da semana em atividades da fazenda. Ela fazia relatos de que, tempos atrás, ela, os vizinhos e familiares eram obrigados a ficar escondidos na mata, por vários dias, fugindo de capangas de fazendeiros, que queriam expulsá-los de suas terras para reintegrá-las à fazenda. Nessa época, eu não entendia o porquê dessa perseguição e nem como havia doação de terras aos ex-escravos sem entrega de títulos de propriedade para os mesmos. Interessante ressaltar que todas as famílias de agricultores com predominância de negros, residentes nas comunidades rurais onde eu realizava assistência técnica e extensão rural, se consideravam donos dos seus sítios, passados de pai para filho, desde sempre.

Roberto dos Santos, filho de seu Glicério, que participava ativamente da Associação de Moradores de Botafogo e questionava a falta de apoio público para atender às necessidades básicas da população rural, como transporte, escolas e tratores para incentivo à produção agrícola. Acabou se elegendo vereador, conseguiu muitos avanços e melhorias para o bairro de Caveiras, onde mora o seu núcleo familiar.

Sabia-se da existência de outras comunidades com predominância de negros, localizadas nas proximidades do então distrito de Armação dos Búzios, as comunidades da Rasa e de Maria Joaquina, sendo que essas tinham com principal atividade econômica a pesca e já eram bastante urbanizadas.

Recentemente, trabalhando no Instituto de Terras e Cartografia do Estado - ITERJ tive oportunidade de retornar à região dos lagos e passar a desenvolver uma série de ações direcionadas às comunidades remanescentes de quilombo e de participar de cursos de capacitação e de projetos voltados para esse público, quando pude fazer uma releitura da minha própria história profissional, ao reparar que as comunidades que, anteriormente, eu percebia ter predominância de famílias negras, hoje se reconhecem e são reconhecidas pela legislação vigente como remanescentes de quilombo. Elas estão ajudando na realização de

uma releitura da história do Brasil, à medida que a história dessas comunidades passou a ser valorizada, a partir do autorreconhecimento das mesmas como quilombolas, e passada de geração para outra, a partir do relato de familiares mais idosos e da realização de atividades de resgate da identidade negra (CARVALHO, 2015).

Embora o reconhecimento do direito dos remanescentes de quilombo a terem o título definitivo de propriedade das terras que ocupam tenha sido estabelecido na Constituição Federal da República do Brasil (1988), no artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, somente no início do século XXI, após a publicação do Decreto Federal nº 4887/2003, teve início o processo de certificação e de regularização fundiária em várias comunidades remanescentes de quilombo brasileiras e especialmente na região dos lagos fluminense, que hoje conta com dez comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares, parte delas com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado, outras em processo de regularização fundiária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e uma titulada.

O citado decreto regulamentou “*o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos*”, definindo, no artigo 2º: “*remanescentes dos quilombos como os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência*”. Também estabeleceu, no parágrafo 2º do artigo 2º, que “*as terras ocupadas por remanescentes dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, levando em consideração critérios de territorialidade*”. Prevê ainda, no artigo 17º, que: “*A titulação será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades (...) com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade*”; e no parágrafo único do artigo 17º, que a representação da comunidade seja feita por associação legalmente constituída.

A aplicação do decreto é um processo moroso, envolvendo diversas etapas, uma série de interesses e disputas judiciais, de modo que, na prática, após mais de 20 anos da sua publicação, ainda são poucas as comunidades remanescentes de quilombo do estado do Rio de Janeiro que detém o Título Coletivo e Pró-indiviso, conforme previsto na legislação. Entre as comunidades tituladas, encontra-se a comunidade remanescente de quilombo de Preto Forro, localizada na zona rural de Cabo Frio. O ITERJ teve um papel muito importante para a

concretização da emissão do título coletivo de propriedade a Preto Forro, em 2011, já que se tratava de área estadual, sendo a segunda comunidade quilombola do estado do Rio de Janeiro (ITERJ, 2011). Após a titulação, o Instituto incentiva as atividades agrícolas, por meio do fornecimento de máquinas, equipamentos, insumos e pela realização de assistência técnica e extensão rural, no citado quilombo e em outros localizados no entorno.

O Projeto Memórias, parceria do ITERJ com algumas universidades e com as comunidades assistidas, que tem por objetivo a realização de levantamento e registro das memórias da luta das classes trabalhadoras rurais e urbanas do estado do Rio de Janeiro pelo acesso à terra e à moradia, entrevistou uma das lideranças da comunidade remanescente de quilombo da Rasa, a quilombola Marta Costa Cardoso, no final do ano de 2021. Na oportunidade, pudemos perceber o nível de ressignificação de sua própria história que os membros de comunidades quilombolas da Região dos Lagos estão alcançando, à medida que se dedicam ao resgate da cultura negra e da história dos seus antepassados, por meio da participação em palestras, cursos, intercâmbios, conselhos, etc., assim como por meio da produção de artesanato e da realização de rituais, como o Batizado das Bonecas Negras, valorizando a história quilombola local.

2 – Batizado de Bonecas e as relações de compadrio em comunidades quilombolas – passado e presente

Maria Carolina Amendolara²

Brincando pode-se dizer tudo, inclusive, a Verdade.
Sigmund Freud

O que pode haver por trás de um ato que em sua aparência pode parecer ao desavisado participante como uma simples brincadeira? Que força pode haver numa tradição ao ponto de fazê-la perpetuar-se por décadas e séculos, ficando ao mesmo tempo difusa em seu significado original em certos lugares, mas conservando-se como hábito, como um costume que carrega um sentido para além daquele que é observado em sua forma?

Na entrevista ao Projeto Memórias da Luta por Terra e Moradia no Estado do Rio de Janeiro do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – Iterj – a liderança da comunidade quilombola da Rasa, em Búzios, D. Marta contou sobre a tradição do Batizado das Bonecas Negras e aqui pretendo tentar mostrar como esse ritual, visto como uma “brincadeira” pode se desdobrar em diversos significados. O mais importante deles se mostra

² Assessora-Chefe de Planejamento – ITERJ.

no fortalecimento dos laços comunitários por meio de relações de compadrio que se originam nessa tradição bem como nas relações de pertencimento dos membros dessas comunidades a partir dela, e que conserva, ainda hoje, a sua força.

Segundo Johan Huizinga em seu livro *Homo Ludens*:

[...] se verificarmos que o jogo se baseia na manipulação de certas imagens, numa certa ‘imaginação’ da realidade (ou seja, a transformação desta em imagens), a nossa preocupação fundamental será, então, captar o valor e o significado dessas imagens e dessa “imaginação” (2019, p. 5).

Nesse sentido, arrisco dizer de cara que o ritual do Batizado das Bonecas Negras se inscreve na categoria de jogo e, enquanto tal transforma as relações entre as pessoas que dele participam. Isso porque, segundo os relatos, o batizado imita a realidade no sentido em que as madrinhas e padrinhos das bonecas viram compadres e comadres dos “donos” delas na vida real.

E o que isso acarreta? Bem, se pensarmos que as comunidades onde o ritual do batizado das bonecas negras se originou foram e ainda são extremamente vulneráveis e correm o risco de sofrerem todo o tipo de dominação, perseguição e até mesmo expulsão de seus locais de origem e moradia, o que vem à tona a partir de uma ‘brincadeira’ que transforma as pessoas em comadres e compadres é nada menos que uma forma de criar laços perenes.

Ainda segundo Huizinga, ao observarmos o fenômeno dos cultos, verificaremos que todos eles cumprem seus objetivos “dentro do espírito de puro jogo”. E ainda:

Ora, é no mito e no culto que têm origem as grandes forças instintivas da vida civilizada: o direito e ordem, o comércio e o lucro, a indústria e a arte, a poesia, a sabedoria e a ciência. Todas elas têm suas raízes no solo primevo do jogo (*op.cit.*, p. 6).

Sendo assim, se os batizados “reais” de humanos estão inscritos nessa lógica, o que dizer então de algo considerado de antemão como uma brincadeira, como o batizado das bonecas?

E aqui, eu cito novamente Huizinga para dar conta dessa constatação:

E há diretamente ligada à sua limitação no tempo, outra característica interessante do jogo, a de se fixar imediatamente como fenômeno cultural. Mesmo após ter chegado ao fim, ele permanece como uma criação nova do espírito, um tesouro a ser conservado pela memória. É transmitido, torna-se tradição (p. 11).

Então, vejamos. Na tradição do batismo, observamos que, mesmo naquelas famílias nas quais a religiosidade é fraca, o ritual acontece. Já daí apreende-se que existe algo que transcende a crença religiosa pura e simples. Sabe-se que, na religião católica, a função dos padrinhos é a de fazer com que o “afilhado” não se desgarre dos caminhos da fé. Portanto, temos já nesse aspecto a formação de um laço. Não obstante, tem-se além do laço padrinhos x afilhados, aquele entre padrinhos e pais que se tornam compadres e comadres. Percebemos que, nas situações nas quais não existe um parentesco sanguíneo entre os envolvidos, outro parentesco é imediatamente criado, o compadrio, fazendo com que essas pessoas passem a ter um vínculo muito maior e mais estreito, do que havia antes entre elas.

Nesse ponto, é interessante observar que esse novo laço, em comunidades vulneráveis, pode funcionar como uma camada de proteção, pois ao fortalecer o vínculo entre os seus membros, aumentam as chances de autodefesa por meio de um amparo mútuo. Podemos considerar que isso seja talvez uma maneira velada de coibir possíveis dissidências causadas por situações de conflito, uma vez que aumenta a proporção de membros que se defendem mutuamente em razão desse laço.

Agora, imaginemos uma comunidade que, além de realizar o ritual do batismo entre os seus membros, mantém uma tradição de realizar uma brincadeira que é o batismo de bonecas. E, como consequência disso, as pessoas envolvidas acabam se referindo umas as outras como comadres e compadres, para além do momento da brincadeira ritual. Pode-se chegar a um momento em que essa comunidade, a depender do seu tamanho, possua todos os seus membros, num dado período de tempo, “enlaçados” por relações de compadrio. Não é difícil supor que, nessa situação, tem-se uma comunidade muito mais fortalecida.

Huizinga vai dizer que uma das funções do jogo é a representação de alguma coisa. E que, a representação sagrada, enquanto realização mística faz com que os participantes do ritual estejam certos de que o ato produz certa beatificação e que seus efeitos não cessam depois de acabado o jogo. Sendo o batizado humano uma dessas representações sagradas, podemos inferir com alguma segurança que a brincadeira do batizado das bonecas produz o mesmo efeito com a intenção, mesmo que oculta, de fortalecer laços perenemente.

Passando agora para uma análise a partir da perspectiva da etnicidade, encontramos no texto de Fredrik Barth (1998) – Grupos Étnicos e suas Fronteiras – algumas considerações que podem revelar um pouco as razões da prevalência de aspectos culturais de grupos étnicos para além de seus ambientes de origem.

Claro que estamos tratando aqui de um grupo étnico que se constituiu historicamente a partir de processos nos quais foi necessária a manutenção de um modo de vida no qual a cultura se insere, como meio de sobrevivência: as comunidades renascentes de quilombos no Brasil.

Os quilombos surgiram como refúgio de escravos que escapavam entre os séculos 16 e 19 no Brasil. E justamente para poderem ficar escondidos, esses escravos procuraram locais de mais difícil acesso. E, pelo mesmo motivo, se fazia necessário criar laços comunitários e promover uma autonomia para não depender de recursos externos. Portanto, para além da subsistência com o cultivo das roças nos seus quintais, essas comunidades se fortaleciam também por meio da prática de rituais como o jongo, a capoeira, e um pouco menos conhecido, o batizado das bonecas negras que, como já mencionei, traz em seu bojo um componente que favorece ainda mais os laços comunitários: as relações de compadrio que se originavam dele.

No depoimento de Deise Kelly Bertulani, artesã e membro do quilombo da Rasa: “Até hoje tem comadre, tem compadre, dessa época. Porque quando eles batizavam a boneca, eles não podiam nem mais namorar, eles eram comadre e compadre, já viravam parente disso”!

Aqui, evoco novamente Barth, para quem “podemos lucrar muito ao considerar o traço de compartilhar uma mesma cultura, como uma implicação ou resultado, mais do que como uma característica primária e definicional da organização do grupo étnico”. Compartilhar uma mesma cultura é o resultado, em nosso caso, da necessidade de perpetuar laços como um signo de autopreservação. Ora, se todos viram parentes, fica muito evidente que irão apoiar-se mutuamente e defender-se de tentativas de subjugo a que esses grupos foram submetidos ao longo dos séculos. A perpetuação se dá pela passagem da tradição ao longo das gerações como também observamos.

Barth irá centrar a sua pesquisa sobre as fronteiras dos grupos étnicos exatamente na fronteira étnica que define o grupo e não a matéria cultural que ela abrange. Ele vai focar muito mais em fronteiras sociais, mesmo levando em consideração as contrapartidas territoriais. Isso por que: “os grupos étnicos não são simples ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos”. Sendo assim, Barth irá analisar os diferentes modos pelos quais esses grupos se conservam, chamando atenção para uma expressão e validação contínuas. Nesse caso, o que ele aponta é para a “compreensão de uma forma final de manutenção de fronteiras, através da qual as unidades e os limites culturais persistem”. A

estruturação da interação entre grupos étnicos irá possibilitar a persistência das diferenças culturais.

Isso pode de algum modo explicar, no nosso caso em particular, o espalhamento, até os dias de hoje do ritual do batizado das bonecas em comunidades renascentes quilombolas, mas, não apenas nelas.

Fazendo uma rápida pesquisa no Google, encontramos diversas publicações sobre o assunto “batizado de bonecas” ou “batizado de bonecas negras”. Algumas delas nos mostram o ritual sendo praticado por crianças no interior de Minas Gerais, não necessariamente quilombolas, com o intuito apenas de diversão, aparentemente. No entanto, vemos que existe todo um investimento cultural na questão, que vai desde a confecção das bonecas com capim, até a forma da brincadeira, com a presença de um “padre”, “mães”, “pais” e “padrinhos”. É montado um altar e a cerimônia acontece com água benta e reza. Percebe-se que essas crianças são na sua maioria afrodescendentes, mas não podemos afirmar com certeza que estão em território de remanescentes de quilombos; muito provavelmente não estão. Isso pode demonstrar que a tradição rompeu fronteiras territoriais, mas manteve seus aspectos culturais e poderá garantir relações de estreitamento de laços futuros nas crianças dessas comunidades.

Em seu trabalho, a pesquisadora Sonia Maria da Silva faz um resgate a partir da criação das bonecas Abayomi pela artesã Lena Martins. Interessante notar que Lena funda a Cooperativa Abayomi em 1988 com o objetivo de confeccionar bonecas negras de artesanato justamente no momento em que:

[...] a sociedade era convidada pelo poder público a comemorar os 100 anos da abolição da escravatura, oficializada com a assinatura da Lei Áurea. Os movimentos negros em muitos estados brasileiros produziam inúmeras manifestações, como resposta à representação do mito da democracia racial brasileira, atuação que conduziu à explicitação do racismo em âmbito nacional, naquele momento, ainda não atingido no Brasil. No Rio de Janeiro, uma passeata reuniu um número bastante expressivo de pessoas, como resultado de um processo articulado de mobilização, que envolveu ativistas militantes, educadores, políticos, agentes culturais, artistas, estudantes e categorias profissionais de diferentes áreas. Nessa ambiência Lena Martins uma sensível artesã cria uma expressiva peça artística, lúdica, afetivo, política, a Boneca Abayomi (2009, p. 2).

Esse resgate feito por essa artesã pode explicar um pouco a questão da conservação de um grupo étnico apontada por Barth a partir de elementos de cultura que servem de apoio para a manutenção desse mesmo grupo étnico. Em seu trabalho, Silva não aborda o ritual do batizado das bonecas, mas ela demonstra como a tradição na confecção das bonecas já vinha desde a África sendo aqui retomada com o sentido de preservação de um povo por meio de

um resgate cultural. Se partirmos do pressuposto que tal tradição pode ter se encaminhado para um ritual como o batizado das bonecas nos quilombos, temos um bom caminho que pode elucidar certo aprimoramento por parte das mulheres negras em criar formas de preservar um povo para além das fronteiras territoriais e que necessitava de elementos fortalecedores de laços ancorados nessas tradições.

Outro exemplo da difusão desse tipo de ritual, mas que ainda assim se insere dentro de sua fronteira étnica é um regate pessoal que trago para esse ensaio e que, posso dizer, foi um dos motivos que me motivou a escrevê-lo.

Eu tive uma babá, Irene, que morou na casa da minha mãe desde quando eu tinha dois anos de idade. Ela se aposentou quando eu tinha trinta e dois anos e voltou para a sua cidade natal, Pouso Alegre, sul de Minas Gerais. Negra, ela sempre nos contou que “o seu avô era escravo”. Houve um tempo, quando eu tinha em torno de dez, onze anos de idade, em que eu e meu irmão (à época com sete, oito), íamos passar férias na casa da Neni (seu apelido dado por nós até hoje). Uma boa parte da família morava na mesma rua, que naquele tempo não era nem asfaltada. Estou falando do início da década de 80, mais precisamente, 1981. Dentre as várias brincadeiras que fazíamos com as sobrinhas e sobrinhos dela, todos eles crianças como nós, havia uma que se destacava em importância: o batizado das bonecas.

Como eu já citei no início desse texto, aquilo que parecia uma simples brincadeira, era tratado com uma reverência e importância por parte dos adultos que somente hoje me foi possível dimensionar.

Eram os adultos que organizavam tudo. De fato, era uma festa. Era marcada uma data, as bonecas a serem batizadas eram escolhidas, bem como os seus nomes. Eram definidos os padrinhos e madrinhas e quem seria o padre. Numa das ocasiões, meu irmão foi escolhido padre e tenho fotos desse momento: ele estava a caráter com batina e tudo o mais. Os convites eram enviados a toda a vizinhança e eram preparados diversos quitutes para a festa que acontecia depois da “cerimônia”. Havia música e dança, mas já nessa época, era o samba que predominava. E sim, quem batizou a minha boneca, virou minha comadre até o final das férias, e até o final dos tempos...

Voltei a Minas e à casa da Neni recentemente. Muita coisa ali mudou, ela agora tem sobrinhos-netos que acho que nunca ouviram falar do batizado das bonecas. Neni tem hoje oitenta e dois anos. No entanto, conversando com ela, eu lhe perguntei: “Neni, de onde vem essa brincadeira do batizado das bonecas que a gente fazia aqui?” Ao que ela apenas

respondeu: “Olha, é uma coisa assim, não tem isso de onde veio. A gente sempre fez. E fazia porque tinha que fazer, porque sempre fizemos e era isso. E todo mundo virava ‘cumpadi’ e ‘cumadi’”.

É possível pensar que esse tipo de brincadeira, em algumas localidades para onde se deslocou – ou apenas onde se transmitiu por diversas gerações - tenha perdido em alguma medida a sua “função” original. Mas é inegável supor que nos locais onde ela ainda é praticada, os seus “efeitos colaterais” de fortalecimento de laços e de proteção mútua decorrente disso, poderão ser verificados. Para além disso, o ritual traduz todo um simbolismo pois faz parte de um resgate de tradições de um povo que necessitou reestabelecer a sua cultura para além das fronteiras territoriais como forma de resistir a diáspora sofrida e levar adiante os seus costumes na nova terra. Isso pode ser verificado por diversas gerações e podemos afirmar que todos esses arcabouços culturais fazem, indubitavelmente, parte daquilo que chamamos de “cultura brasileira”.

Referências bibliográficas

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 07 mar.2022.

BRASIL. Decreto n.4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 07 mar.2022.

CARVALHO, Bárbara H. C. Prado. *Comunidade remanescente de quilombo da Rasa: uma abordagem das relações de identificação étnica e religiosa*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos, 2015.

Comunidade Quilombola de Cabo Frio ganha Título de Propriedade no mês da Consciência Negra. ITERJ. Rio de Janeiro. 17-11-2011. Disponível em: http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/noticias/comunidade-quilombola-de-cabo-frio-ganha-titulo-de-propriedade-no-mes-da-consciencia-negra-22

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. Trad. João Paulo Monteiro. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA. *Relatório de identificação de delimitação dos remanescentes das comunidades dos quilombos de Maria Joaquina*. Rio de Janeiro: INCRA, 2018.

LUZ, Andreia Franco. Relatório Antropológico. A comunidade remanescente de quilombo da Rasa, 2007. In: GENÉSIO, Renan Prestes Muros; CARDOSO, Pedro Alves. *Relatório de identificação de delimitação dos remanescentes das comunidades dos quilombos de Maria Joaquina*. Rio de Janeiro: INCRA, 2018. Cap. I.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais*. O caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

SILVA, Sônia Maria da. *Experiência Abayomi: coletivos, ancestrais, femininos, artesanando empoderamentos*. V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador, Bahia.